

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LUAN HENRIQUE DE SOUZA LEONEL

**O ENVELHECIMENTO NO TEMPO PRESENTE: A ERA DIGITAL TECNOLÓGICA
E SUA NOVA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

FRANCA

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LUAN HENRIQUE DE SOUZA LEONEL

**O ENVELHECIMENTO NO TEMPO PRESENTE: A ERA DIGITAL TECNOLÓGICA
E SUA NOVA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca.

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Soares

FRANCA

2022

L583e	<p>Leonel, Luan Henrique de Souza</p> <p>O envelhecimento no tempo presente : a era digital tecnológica e sua nova demanda para o serviço social brasileiro / Luan Henrique de Souza Leonel. -- Franca, 2022</p> <p>53 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Nanci Soares</p> <p>1. Envelhecimento. 2. Serviço Social. 3. Inclusão Digital e Tecnológica. 4. Tempo Presente. 5. Pessoa Idosa. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUAN HENRIQUE DE SOUZA LEONEL

**O ENVELHECIMENTO NO TEMPO PRESENTE: A ERA DIGITAL TECNOLÓGICA
E SUA NOVA DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel, junto ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____



Profa. Dra. Nanci Soares

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”
Faculdade De Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca

1º Examinadora _____



Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”
Faculdade De Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca

2º Examinadora _____



Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”
Faculdade De Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca

Franca, 07 de dezembro de 2022

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dra. Nanci Soares por ter me orientado, incentivado e incluído na gerontologia crítica através da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). Agradeço também a minhas alunas de Informática dentro desse projeto de extensão que contribuiu na minha formação acadêmica e pessoal.

A mulheres que cuidaram de mim ao longo de 25 anos, me deram apoio e amor incondicional: Márcia, Marta e Lilian. A Nathan, Katya e Túlio pelo carinho diário.

A esta universidade, ao corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte dentro do Serviço Social.

Velhas árvores

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores moças, mais amigas,
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...

O homem, a fera e o inseto, à sombra delas
Vivem, livres da fome e de fadigas:
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.

Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo. Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,

Na glória de alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem!

Olavo Bilac

LEONEL, Luan H. S. **O envelhecimento no tempo presente: a era digital tecnológica e sua nova demanda para o serviço social brasileiro**. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

Resumo: A temática “O Envelhecimento no Tempo Presente: A Era Digital Tecnológica e suas Nova Demanda para o Serviço Social Brasileiro”, é atual e tem uma relevância acadêmica, social e política. Traçamos os seguintes pontos para compreender a temática: (i) partindo da análise das visões do envelhecimento ao longo das sociedades históricas, na Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea; (ii) foi resgatado o processo de globalização e revolução informacional; (iii) apresentado a era digital tecnológica e evidenciado os desafios para as pessoas idosas; (iv) foi exposto e contextualizado o espaço virtual no contexto da pandemia de Covid 19 (v) e por fim, foi feita a reflexão e estratégias que podem ser desenvolvidas para oportunizar a inclusão digital (conhecer, ter, acessar e usar) às tecnologias da informação e comunicação (TIC), visando a inserção das pessoas idosas no “mundo digital” através do trabalho do assistente social. Trata-se de um estudo exploratório, de caráter explicativo, além de ter sido constituído a partir de levantamentos bibliográficos de autores que já estudaram a presente temática.

Palavras Chaves: Inclusão digital; Envelhecimento; Pessoa idosa; Tecnologia.

LEONEL, Luan H. S. **Aging in the present time: the technological digital age and its new demands for the Brazilian social service**. 2022. 53 p. Completion of course work (Graduate in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

Abstract: The theme “The Present Age: The Demand Era for Social Work”, is current and has a Brazilian Technological, social and political consolidation. We draw the following points to understand a theme: (i) starting from the analysis of the visions of aging throughout historical societies, in the Ancient Age, Middle Ages, Modern Age and Contemporary Age; (ii) the process of globalization and information revolution was rescued; (iii) presented the digital technological era and highlighted the challenges for the elderly; (iv) the virtual space was exposed and contextualized in the context of Covid19(v) and finally, the reflection and strategies that can be developed to create opportunities for digital inclusion (knowing, having, accessing and using) information technologies were carried out and communication (ICT), aiming at the insertion of the elderly in the work “digital world” through the social worker. This is an exploratory, explanatory study, in addition to having been constituted from bibliographic studies of authors who have already studied this bibliographic.

Keywords: Digital inclusion; Aging; Elderly; Technology.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – O Envelhecimento nas Sociedades Históricas	13
1.1 – Idade Antiga	13
1.2 – Idade Média	16
1.3 – Idade Moderna	17
1.4 – Idade Contemporânea	18
1.5 – Lutas e Conquistas Sociais da População Idosa: Avanços e Desafios	21
Capítulo 2 – O Processo de Globalização e Revolução Informacional	27
Capítulo 3 – A Pessoa Idosa Frente a Tecnologia no Tempo Presente	32
3.1 – Percurso Metodológico	32
Categoria I – Envelhecimento e Velhice numa Perspectiva Crítica.....	34
Categoria II - Por que a Busca pela Inclusão Digital?	35
Categoria III – Pandemia de Covid 19 e o Espaço Virtual	37
Categoria IV – A Inclusão Digital como uma Nova Demanda para o Serviço Social ...	40
Considerações Finais	45
Referências	49

INTRODUÇÃO

O Interesse pela temática “O Envelhecimento no Tempo Presente: A Era Digital Tecnológica e suas Novas Demandas para o Serviço Social Brasileiro”, surgiu a partir da experiência enriquecedora que tive ao ensinar “informática básica para as pessoas idosas da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI, da UNESP – Campus de Franca, na minha graduação em Serviço Social.

Soma-se a isto, a minha participação como membro no Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade, (GEPEPPS) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, inscrito no CNPq, e reconhecido pela UNESP, cuja a líder é a Profa. Dra. Nanci Soares. O GEPEPPS estuda e pesquisa o envelhecimento e velhice na perspectiva de totalidade, bem como as lutas sociais e proteção social da população idosa. Sua finalidade é a produção de pesquisas socialmente válidas, divulgação do conhecimento, promoção de eventos e prestação de serviços à comunidade.

Destaca-se que a temática possui uma relevância social, política e acadêmica, pois o acelerado envelhecimento populacional, é verificável na maioria dos continentes com suas devidas especificidades, contudo, é necessário considerar as disparidades sociais existentes em cada país. Segundo Soares (et al, 2017, p.21) é uma conquista da humanidade, mas também um desafio para o século XXI, atrelar a longevidade com a qualidade. Para tal precisamos de políticas sociais, não somente a garantia, mas principalmente a materialização dos direitos sociais, conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história.

O envelhecimento populacional é fenômeno que vem ocorrendo em vários países, e é uma conquista social. Todavia, esta “conquista não é linear, pois nem todas as populações têm tido o mesmo êxito em relação à longevidade. Há, de fato, uma heterogeneidade no próprio processo de transição demográfica, que é influenciado pelas condições de acesso aos direitos civis, políticos e sociais das populações” (SOARES, et al, 2017, p.22). Assim, é importante salientar que a compreensão deste fenômeno, muitas vezes, não ultrapassa a imediatividade da vida

real, não refletindo sobre as contradições do envelhecer da classe trabalhadora sobre o embate entre o capital e trabalho, relevante para compreender as condições de exploração e alienação. E para desvendar sua complexidade, nesta investigação, elegemos o método materialismo histórico dialético de Karl Marx, por sua radicalidade histórico-crítica.

Com o aumento populacional na realidade brasileira, vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos, sendo mediatizado pelas expressões da questão social. Por outro lado, “é impossível pensar a sociedade no século XXI sem a referência aos avanços das ciências em geral, e especificamente, com as ciências da informação e as novas tecnologias”, argumenta Goldman (2007, p.2), além de mostrar as modificações introduzidas pela informatização:

As novas tecnologias informacionais transformam a vida de todas as gerações. É comum associarmos a informática aos mais jovens da sociedade. Se o mundo informacional se mostra um grande desafio para a população em geral, para os velhos pode parecer uma barreira difícil de transpor. Desde o recebimento nos guichês bancários, aos saldos e extratos e, até o uso de equipamentos como vídeo, televisão, forno micro-ondas, requerem o uso de teclas que deixam os idosos desanimados. O computador, então, é visto como um grande mistério (GOLDMAN (2007, p.2).

A tendência da evolução tecnológica acompanha a mudança demográfica apresentada, se responsabilizando por diversas modificações na sociedade ao longo dos anos. Os âmbitos cultural e social adequaram-se a esse acesso a novas tecnologias, determinando novos conceitos. Dessa forma é nítida a transformação tecnológica no cotidiano das pessoas em quase todas suas nuances. Entretanto, ao que se refere à pessoa idosa, sua adaptação e inserção às novas exigências tecnológicas nem sempre se manifestam de forma facilitada e convidativa, exigindo a necessidade de desenvolver e oportunizar formas alternativas de acesso e inclusão atrelada ao exercício profissional do Assistente Social.

Neste sentido, a presente investigação, tem como objetivo geral, “analisar os principais obstáculos enfrentados pela população idosa referente a inclusão digital e as novas demandas para o Serviço Social”, específicos: (i) Compreender e analisar a condição social contemporânea em que se encontra o idoso no Brasil, em seus recortes de raça, gênero e classe social. (ii) Conhecer, identificar as problemáticas

referente a inclusão social e tecnológica que a população idosa enfrenta no contexto brasileiro. (iii) Expor ideias que podem ser desenvolvidas para oportunizar formas alternativas de acesso e inclusão.

É uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, o método eleito é materialismo histórico dialético. Será realizada uma análise dos dados históricos e sociais que contribuem para a compreensão da realidade em que estamos inseridos tecnologicamente e participação dos sujeitos em tal avanço, mediante suas condições sociais, raciais e de gênero, no contexto brasileiro. Em seguida, o levantamento de informações acerca da condição da pessoa idosa no tempo presente e seus rebatimentos no diz respeito a inclusão digital, a partir de uma perspectiva da gerontologia social crítica, com base na dimensão teórico-metodológica marxiana. E por fim, o estudo e a interpretação da Constituição de 1988, Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994, o Estatuto da Pessoa Idosa de 2003 juntamente com dados de pesquisas recentes do IBGE contribuição para a formulação de propostas alternativas para o enfrentamento das dificuldades expostas de inclusão digital e tecnológica dos idosos no Brasil.

A dados serão analisados pela técnica “análise de conteúdo”, organização classificação e categorização. Os dados serão analisados pelo O método eleito foi o materialismo histórico dialético.

Assim, foi construída em três capítulos: 1) O Envelhecimento humano nas Sociedades Históricas, com o objetivo de compreender o envelhecer no contexto sócio-histórico, com ênfase na contemporaneidade. As lutas e as conquistas sociais da população idosa, avanços e desafios, frente o ataque neoliberal, aos direitos sociais conquistados ao longo da história; 2) O Processo de Globalização e Revolução Informacional; 3) A Pessoa Idosa Frente a Tecnologia no Tempo Presente.

Finalmente traçaremos algumas considerações finais tendo como marco alguns pontos que se evidenciaram para o entendimento do nosso objeto de pesquisa com a intenção não de fechar essa questão, mas sim, de pontuar algumas características que devem estar presentes sobre a reflexão do envelhecimento na era digital tecnológica e sua nova demanda para o serviço social brasileiro.

Capítulo 1 – O Envelhecimento humano nas Sociedades Históricas

Neste capítulo, procurando problematizar no objetivo geral, ou seja, “analisar os principais obstáculos enfrentados pela população idosa referente a inclusão digital e as novas demandas para o Serviço Social”, vamos analisar o envelhecimento humano nas sociedades históricas, iniciando com idade antiga, média, moderna e contemporânea, que vem de encontro com o método eleito materialismo histórico de Marx, que parte de uma concepção ontológica da realidade social, mostrando que a história da humanidade é a história da luta de classes. Assim, iremos mostrar um panorama acerca da condição das pessoas idosas ao longo dos séculos, tendo como principal referencia teoria, a obra de Simone de BEAUVOIR “A Velhice”. Tal tema para a sociedade foi desinteressante por muitos séculos, fazendo com que relatos históricos se tornassem escassos ao longo do tempo. Beauvoir se tornou pioneira nos estudos sobre o tema, seu olhar crítico fez com que fosse possível uma percepção mais atenta a essa realidade. BEAUVOIR (1970/1990) nos alerta: Até o século XIX, a longevidade era um privilégio apenas dos que detinham melhores condições financeiras, a priori, que pertenciam a classes privilegiadas. Não encontramos nas histórias, nem nas literaturas, as pessoas idosas pobres, negras, com deficiências, que estavam à margem daquela sociedade vigente, nem mesmo as mulheres se fazem em evidência em tais registros, devido a inferiorização que eram tratadas ao longo da história.

1.1 - Na Idade Antiga

Ainda que, tenha se destinado a relatar a condição das pessoas idosas na história do ocidente, Beauvoir (1970/1990) abre uma exceção para relatar as características particulares e privilegiadas que a China acomodou para esses sujeitos. Tal nação em sua base societária tinha como princípio a hierarquia estática baseada em seu patriarcado rígido, em que a figura do homem mais velho tinha em suas mãos a autoridade máxima, tornando o respeito direcionado às pessoas idosas uma prática incontestável. As pessoas idosas eram pouco numerosas, as mulheres tinham como papel prezar pelo cuidado da casa e dos filhos, passar todo seu conhecimento através

de orientações para suas noras, como lhe foi orientada por sua sogra antes disso. O homem se organizava para a morte ao atingir 70 anos através da renúncia de suas responsabilidades, em que a transferia para seu filho mais velho, mas que ainda conservava sua autoridade diante dos demais integrantes da casa. A velhice era assim associada a posse da sabedoria, como evidência Confúcio: “Aos 15 anos, eu me aplicava ao estudo da sabedoria; aos 30, consolidei-o; aos 40, não tinha mais dúvidas; aos 60, não havia mais nada no mundo que me pudesse chocar; aos 70, podia seguir os desejos do meu coração sem transgredir a lei moral.”

Já no Ocidente, especificamente no Egito em 2500 a.C, um texto escrito por Ptah-hotep, compara o processo de envelhecimento a algo sombrio:

Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos; sua força declina; seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. Suas faculdades intelectuais diminuem, e lhe é impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e o sentido do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem. O nariz entope, e não se pode mais sentir nenhum odor.

Beuavoir (1970/1990), enfatiza que o tema que relaciona o envelhecimento ao declínio orgânico ainda se fazia presente em sua época, apesar de diferentes sociedades históricas darem sentidos e significados diferentes ao envelhecimento, essa característica se encontrava em muitas a partir desse denominador comum.

Conforme nos aponta Beuavoir (1970/1990), o povo judeu, e seus princípios revelados a luz dos relatos bíblicos a partir do século IX, tinham o processo de envelhecimento descrito como uma benção e o direcionamento as pessoas idosas concatenadas pelo respeito.

Os autores dos livros santos conservam a nostalgia do passado e projetam nele os valores que desejam ver reconhecidos por seus contemporâneos. Embora se encontrem entre eles ecos de uma antiquíssima filiação matrilinear, descrevem uma sociedade patriarcal, na qual os grandes ancestrais, aos quais atribuem idades fabulosas, eram os porta-vozes de Deus. Consideram a longevidade uma suprema recompensa da virtude (...) Os mandamentos de Deus exigem dos filhos que honrem pai e mãe. Se um filho se recusa a obedecer ao pai e se todas as tentativas para fazê-lo ceder forem vãs, o pai - diz o 6 Deuteronômio – deverá levá-lo aos anciãos de sua

cidade: “E todos os homens da cidade o apedrejaram e ele morrerá (Beauvoir, 1970/1990, p. 115).

Na Grécia Antiga, segundo Beauvoir (1970/1990), para manter a ordem vigente, o respeito diante o ancião, no plano político, era fundamental. Estes mais velhos tinham mais poder social e econômico comparado aos demais cidadãos da *Pólis*. Entretanto, quando narrada através dos poetas, os mesmos sujeitos vivenciavam a escassez dos prazeres da vida, além das lamentações e dores devido a decrepitude do organismo, tornando a vida presente pior que a morte. O auge da sabedoria relacionado à pessoa idosa é encontrado nos ideais políticos e literaturas de Platão, em que o conhecimento é diretamente comparado à expressão mais legítima de felicidade. Platão ainda apresenta a ideia que a pessoa idosa, quando livre de suas necessidades do corpo, se torna mais competente para comandar a *Polis*, fato que o faz digno e merecedor de respeito dos mais novos.

Aos 80 anos, Platão volta longamente à questão em *As leis*; ele insiste muitas vezes nas obrigações dos filhos para com seus velhos pais, com quem devem falar respeitosamente, colocando suas riquezas e a própria pessoa a serviço deles. Presta-se um culto aos antepassados mortos; o futuro ancestral já é sagrado: “Não podemos possuir nenhum objeto de culto mais digno de respeito do que um pai ou um avô, uma mãe ou uma avó oprimida pela velhice (BEAUVOIR, 1970/1990, p. 136).

Aristóteles apresenta de maneira oposta a Platão ao defender que o lugar da pessoa idosa não deveria ser frente a *Pólis*, com o argumento baseado na ideia que a alma e o corpo estavam unidos, com isso a degradação do corpo afetava negativamente o espírito. A experiência de vida que era entendida por Platão como edificante, em conjunto com a decrepitude do organismo e todos os atributos negativos que surgiam, tornaria o homem um ser amargo e desprezável para o convívio (BEUAVOIR, 1970/1990).

Em *A retórica*, Aristóteles pinta a juventude com as cores mais risonhas: calorosa, apaixonada, magnânima – e a velhice apresentase, para ele, em todos esses pontos, como o oposto: “Porque viveram inúmeros anos, porque muitas vezes foram enganados, porque cometeram erros, porque as coisas humanas são, quase sempre, más, os velhos não têm segurança em nada, e seu desempenho em tudo está manifestamente aquém do que seria necessário (BEAUVOIR, 1970/1990, pp. 136-137).

A sociedade Romana, para (BEUAVOIR, 1970/1990), o respeito aos mais velhos vinham em detrimento à posse de propriedades, devido aos valores de tal sociedade estarem diretamente relacionados à questão de bens materiais. Aqueles que ao longo de suas vidas haviam acumulado riquezas, faziam partes do Senado e suas principais decisões políticas. O homem mais velho no âmbito da família ou sociedade, detinha o comando, mesmo apesar de debilitado pelas condições advindas do passar de sua vida. Não havia grandes mudanças nessa ordem, que se mostrava imperialista, conservadora e tradicional. Responsável por administrar a casa, o trabalho dos escravos e a educação dos filhos, se encontrava o papel designado às mulheres mais velhas de cada família, lugar por estes, considerados na época de grande prestígio. Com o modelo oligárquico em declínio, os poderes do Senado em decadência, a autora aponta que os idosos se tornaram inferiores dentro da hierarquia social, a partir de Gracos.

Com o colapso do mundo antigo, o cristianismo se ampliou pelo ocidente, com sua essência solidária modificada, assumiu novas características dentre aqueles novos povos convertidos. Incorporou por fim, os valores clássicos, que se faziam desfavoráveis aos idosos, deixando de lado o costume inicial que era dirigido aos mais humildes. Os jovens estavam no controle durante a Alta Idade Média, com seus papas à flor da idade e obedientes à aristocracia, a Igreja limitou suas ações no que diz respeito à condição dos mais velhos daquele período (BEUAVOIR, 1970/1990).

1.2 - Idade Média

Com o início da sociedade feudal e sua consolidação, (BEUAVOIR, 1970/1990) relata que diante do sistema de vassalagem que condicionava o vassalo a obrigação de entregar parte de sua produção ao seu senhor, em presença do desgaste físico que ocorria e evidenciam suas principais consequências ao atingir a velhice, é necessário a transferência de atribuições e deveres do pai para o filho. Ainda não se tornavam mais adequadas à realidade das pessoas idosas que viviam fora do campo, em que sua vez viviam em sua maioria em situação de mendicância, quando destituídos de posses e propriedades. A partir do século X a imagem do cavaleiro jovem e heróico era um modelo muito admirado, e em contrapartida, os cavaleiros

mais velhos não tinham seus valores mais dignos de tal prestígio, onde a força física não se fazia presente para prosperar.

A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar. A juventude constituía uma classe de idade de considerável importância (BEAUVOIR, 1970/1990, p. 162).

Ainda na Idade Média, (BEUAVOIR, 1970/1990) ressalta que um dos temas mais recorrentes era a busca do rejuvenescimento, assim como visto também na Idade Antiga. Para alcançar o sonho da vida eterna e sua longevidade, se fazia necessário a preservação do corpo na condição de jovem para suportar as condições do tempo. Concebida como o inverno da vida, a velhice era representada como algo incapacitante e infértil, atribuição que se dava pela degradação do corpo. Com o término desse período histórico, e o ressurgimento do comércio, houve a modificação das relações de poder vigentes, em que, para o homem prosperar, a força física e a juventude não eram mais necessárias.

De então em diante, a propriedade funda-se em contratos, e não na força física: aparece então o tipo tradicional do mercador, avesso à violência. Podem-se estocar as mercadorias e o dinheiro. Essa transformação modifica, nas classes abastadas, a condição dos velhos: através da acumulação de riquezas, eles podem tornar-se poderosos. Há mais preocupação com eles (BEAUVOIR, 1970/1990, p. 175).

Eram vigentes duas ideologias conflitantes. A que utiliza a representação da pessoa idosa de forma ridicularizada através de características atribuídas a falta de generosidade e ao excesso de mesquinha, além das incapacidades físicas, era representado pela ideologia materialista. Do outro lado temos a busca pela salvação que se dava em sua última etapa de vida durante a preparação serena para a morte, encarada como um declínio natural, e ainda, a concessão de posses para a igreja após partida, marcavam a ideologia religiosa (BEUAVOIR, 1970/1990).

1.3 - Idade Moderna

O contexto Europeu se apresentou de forma árdua para com idosos e crianças no século XVII. A falta de higiene e a grande miséria afetam principalmente os mais

pobres, condicionando a média de vida a atingirem não mais que 40 anos. Os burgueses, por outro lado, alcançaram em média 70 anos, desfrutando dos privilégios que lhe eram concebidos. No século XVIII a situação mudou, os burgueses alcançavam a faixa de 80 anos, entretanto, a população pobre não desfrutava de forma semelhante a longevidade, ficando à mercê do abandono. Somente no final do século XVIII, as ações assistências multiplicaram (BEUAVOIR, 1970/1990).

O Estado parecia reconhecer que todo homem tem direito à existência. Foi o que afirmaram, em 1785, os magistrados reunidos em Speehamland: se um homem não pode ganhar a vida trabalhando, a sociedade deve assegurar sua subsistência. A assistência pública foi reformada neste sentido: a miséria dos deficientes e dos velhos foi um pouco atenuada. Por outro lado, as coalizões operárias multiplicaram-se para lutar contra o patronato, mas também para segurar-se mutuamente contra o desemprego e a doença (BEUAVOIR, 1970/1990, p. 222).

Durante esse mesmo período, (BEUAVOIR, 1970/1990) nos aponta que as pessoas idosas que detinham mais poder econômico presenciaram também uma melhoria de vida, em que, o desenvolvimento técnico que estava tomando o lugar tornava a vida do homem mais aprazível, respeitado pelo seu capital acumulado, tanto como pelos anos de vidas alcançados.

1.4 – Idade Contemporânea

A Europa presenciou no século XIX um importante crescimento demográfico, em que a população durante os anos de 1800 a 1870, passou de 187 milhões para a marca de 300 milhões. Correspondente foi também o aumento dos idosos, que deixaram de ocupar sua posição de invisibilidade perante aquela sociedade (BEUAVOIR, 1970/1990).

Com o advento da Revolução Industrial, a concentração populacional nas cidades cresceu. Em contrapartida, o contexto do campo enfrentava a dificuldade da sobrevivência da agricultura familiar perante a mecanização presente na produção agrícola. Com o êxodo rural, aqueles trabalhadores que dependiam do campo para sua manutenção econômica se viram obrigados a se juntar à massa de proletariado nas cidades. Os operários desempenhavam um trabalho árduo, em que para o

trabalhador idoso, as condições se faziam fastidiosas de suportar, e por conta da idade, lidava diretamente com o desemprego e a pauperização (BEUAVOIR, 1970/1990).

A nova sociedade industrial se mostrava diferente para dois tipos de sujeitos, conforme (BEUAVOIR, 1970/1990) evidencia. As condições das pessoas idosas ricas e dos pobres eram incoerentemente desiguais, enquanto aos mais afortunados os anos acrescidos se transformavam em prestígio social, aos miseráveis restava a vivência aturada e menosprezada entre os proletários.

Antigos operários reduzidos à indigência e à vagabundagem, velhos camponeses tratados como bichos, os velhos pobres situam-se no mais baixo nível da escala social. São os velhos das classes superiores que ocupam o cume. A oposição é tão flagrante que se poderia quase pensar que se tratava de duas espécies diferentes. As mudanças econômicas e sociais, tão nefastas para uns, favoreceram, ao contrário, outros (BEUAVOIR, 1970/1990, p. 242).

A figura do jovem e sua inventividade era valorizada pelos ideais capitalistas, em que a atitude empreendedora se destacava, mas, no entanto, a estabilidade e confiança dos homens mais velhos e seus anos de sucesso ainda era muito prezada pela sociedade. O contexto familiar também se modificou com os novos papéis sociais das pessoas idosas, causado pelo aumento da autonomia dos mais jovens diante dos pais e a desvinculação das principais dependências que havia nessas relações. No século XX, apesar dos avanços que a medicina alcançou e sua consequente longevidade, a imagem da pessoa idosa se modificou, a ideia de obsolescência tomou o lugar de estima que a idade trazia em sua concepção aos antigos valores vigentes (BEUAVOIR, 1970/1990).

Neste contexto, a contribuição do Serviço Social, é fundamental na produção do conhecimento no Serviço Social pela teoria crítica, mostrando o envelhecimento na perspectiva de totalidade social, rompendo com a hominização -histórica atribuída ao processo de envelhecimento e à população idosa, que segundo Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2014), “implica romper, como se o envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora e as problemáticas sociais que atingem os trabalhadores fossem inexoráveis a toda a população que envelhece”. (TEIXEIRA, 2017, p. 200) Ainda segunda a autora,

(...) Uma população sem classes, sem os diferenciadores socioeconômicos, ou seja, sem relação com as condições de produção e de reprodução da sociedade capitalista é um todo caótico, imediato, uma mera aparência fenomênica, que, tanto com as categorias mais simples quanto com as complexas, é possível resgatar as mediações e as determinações, tornando-se um todo rico de determinações ou síntese de múltiplas determinações, um todo pensado, o verdadeiro ponto de partida, embora não sendo dado a ver, nesse início de partida, se não por meio de análise mediante método histórico dialético. (TEIXEIRA, 2009, p. 200).

Portanto, o Serviço Social, traz uma contribuição a gerontologia social crítica, mostrando que o envelhecer da classe trabalhadora, “é um processo individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais – de classes (e nos seus segmentos de classes), gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras” (TEIXEIRA, 2009, p. 200). Portanto, não é totalmente singular, ao contrário, tem particularidades que ligam a totalidade. E também não é “um todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônico, trata-se de uma unidade na diferença e com diferenças”. (TEIXEIRA, 2009, p. 200).

Concluindo, é a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento, ao perder o valor para o capital, levando a “velhice trágica”, de acordo com Eneida Haddad, pelas péssimas condições de trabalho e de vida. Portanto, abordar o envelhecimento do/a trabalhador/a, como expressão da questão social, implica em desvendar os determinantes econômicos, políticos, culturais que engendram a problemática social de envelhecer na sociedade capitalista brasileira, na ordem do capital, “em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores em especial, ao perderem o valor de uso para o capital, pela idade”. (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

Assim, seguindo este raciocínio, podemos inferir que a velhice da classe trabalhadora empobrecida, ao invés de ser uma vida marcada, pelo “descanso do trabalho protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, ser a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indicio de relação humana”. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 30).

No próximo item deste capítulo, procurando problematizar nosso objeto de estudo vamos analisar as lutas e as conquistas sociais da população idosa, e os desmontes dos direitos sociais, frente a ofensiva neoliberal.

1.5 – Lutas e Conquistas Sociais da População Idosa: Avanços e Desafios

Primeiramente vamos refletir, de maneira crítica, sobre um breve contexto histórico da proteção social da população idosa, a evolução das políticas públicas sociais relacionadas à questão do envelhecimento populacional, a nível internacional e nacional, na contemporaneidade.

Pesquisas sobre a população Mundial mostram que a porcentagem de pessoas idosas no mundo vem crescendo, algo que pode ser explicado pela diminuição da taxa de fecundidade, diminuição da taxa de mortalidade, o aumento da expectativa de vida, a melhora na qualidade de vida que se deu através do aumento das novas tecnologias. Esta transformação fora sentida no início do Século XX, o que causou inquietação em pesquisadores e estudiosos, que passaram a pesquisar a temática, buscando pensar melhores condições de vida para as pessoas idosas.

É importante salientar que demógrafos, Gerontólogos e outros cientistas que estudam o envelhecimento humano, afirma Teixeira (2008, p. 39),

(...) Usam esses dados demográficos e suas estimativas para demonstrar e problemática do envelhecimento, tomando pelo critério cronológico e como grupo específico, e a “ameaça” representa, considerando-se o crescimento das suas demandas sociais e econômicas em todo mundo, ou seja, uma “ameaça” ao sistema previdenciário, de saúde e de assistência social.

Frente a este cenário, a OMS, em 1982, declarou o “Ano Internacional do Idoso”, e realizou a primeira Assembleia Mundial de Envelhecimento (AME), “como resultado de mobilizações políticas anteriores, frente ao cenário: pauperização dos velhos, afloramento de movimentos sociais e o capital tentando construir novos nichos de mercado. (SOARES et al, 2017, p. 177)

Na AME I, realizou em Viena, voltada aos países desenvolvidos, entretanto, influenciou o os países periféricos também. Nesta assembleia, foi declarado a importância de encarar o envelhecimento como um problema global. Neste sentido, foram preconizados aos Estado 66 recomendações, a saber: proteção ao consumidor, saúde e nutrição, família, bem-estar social, moradia e meio ambiente, previdência social, educação trabalho entre outros. (CAMARANO e PASINATO, 2004).

As expectativas para este plano eram muitas, entretanto, o plano não avanço como era esperado afirma Campelo e Paiva (2014, p. 171)

(...) tenção principal do plano era a situação de bem-estar social das pessoas idosas dos países capitalistas hegemônicos, dotado de um forte apelo à promoção da independência e autonomia do(a) idoso(a) dos países capitalistas hegemônicos, dotado de um forte apelo à promoção da independência e autonomia do(a) idoso(a), 'novo ator social', concebido como indivíduo independente financeiramente.

Nos países periféricos houve repercussão desta assembleia, muitos países da América Latina modificaram suas constituições, inclusive o Brasil (Constituição Federal de 1988), mas é importante salientar que é fruto da organização e mobilização da classe trabalhadora que já mostravam suas demandas, e não por uma “relação de causalidade, os governos desses países, espontaneamente, adotaram o conjunto de recomendação do Plano de Viena e implementaram políticas”. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 178).

As discussões provocadas nesta Assembleia e de suma importância na medida em que discute a problemática social de envelhecer, na agenda social, entretanto, “é questionável à medida que não apenas apaga as diferenças de classes no modo de envelhecer, mas também o saber local e os processos históricos particulares”. (TEIXEIRA, 2008, p. 40). Ainda segundo a autora estas discussões internacionalistas voltadas as problemáticas do envelhecer na sociedade capitalista, o envelhecer é abordado

(...) Em sua universalidade abstrata, desconsiderando as condições materiais de existência na sociedade do capital; o fato de que há idosos em diferentes camadas, segmentos e classe sociais, que eles vivem o envelhecimento de forma diferente, e principalmente, de que é para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade constantemente, reproduzida e ampliada, dado o processo de produção para valorização do capital, em detrimento da produção para satisfazer as necessidades humanas dos que viveram da venda da sua força de trabalho. (2008, p. 41).

Outra autora crítica e significativa que estuda a temática, Eneida Haddad (1986, p. 42), mostra que a questão social da velhice, é discutida, sem levar em consideração o lugar que os indivíduos, ocupam no processo produtivo, mostrando

que é a classe trabalhadora, “a protagonista, historicamente constituída, da tragédia do fim da vida”.

A II Assembleia Mundial sobre envelhecimento, ocorreu 2002, em Madri, voltada para os países periféricos, tendo em vista o aumento populacional acelerado destes países. Assim, determinando uma nova direção política e um novo plano de ação, determinando medidas normativas sobre envelhecimento do século XXI. (CAMARANO e PASINATO, 2004). Este plano, buscava exercer influência nas políticas sociais e programas direcionados a população idosa. Consta do plano a proposta do envelhecimento ativo, que deveria ser aplicado a indivíduos e grupos populacionais, fundamentando-se em alguns determinantes: “a participação ativa dos idosos na sociedade; o desenvolvimento e luta contra a pobreza; o fomento da saúde e do bem-estar na velhice; a promoção do envelhecimento saudável e a criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento”. (SOARES et al, 2017, p. 178)

Um dos avanços do referido plano refere-se é a incentiva a participação ativa das pessoas idosas na sociedade civil

(...) Possibilidade do estabelecimento de parcerias como forma de viabilizar os direitos da pessoa idosa diante do enxugamento do Estado e a consideração de outros fatores transversais que influem diretamente ao processo do envelhecimento. (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 143)

Mas é importante salientar que apesar da importância da realização da II AME, os avanços no plano de Madri não consideraram as diversidades culturais, as disparidades de classe social, sendo que o envelhecimento “é um processo que é resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais – de classes (e nos seus segmentos de classes), gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras”.

No Brasil, o envelhecimento do perfil demográfico, se deu um pouco mais tarde, já que há poucos anos atrás o país era considerado um País de jovens, sendo assim, construía políticas públicas para jovens e não investia em políticas para pessoas idosas. Esse conceito também pode ser pensado dentro da lógica do capital, já que, para o capital, não seria interessante o investimento em um segmento que não lhe daria lucro, portanto, era investido no segmento que proporcionaria a mais valia

para este, já que segundo a ideologia da classe dominante, pessoas idosas já não possuem condições físicas e tampouco mentais para venderem sua força de trabalho com qualidade.

É importante salientar em qual contexto histórico, econômico e social a população brasileira tem envelhecido, principalmente, em meio às quais valores está se encontra, uma vez que a população está inserida em um meio de produção capitalista, que sobretudo, valoriza o “ter” e não o “ser”.

É nesse momento que o novo, o ser jovem assume uma posição de enaltecimento em detrimento do velho, passando a ser completamente valorizado entre os donos dos meios de produção, ou seja, de uma pequena parcela da população que exerce total influência e domínio sobre a sociedade. Assim, ao perceberem que uma pessoa jovem tem a capacidade de produção muito mais elevada que a de uma pessoa idosa associar-se-á a idade com a produtividade. Quanto mais jovem, mais vigor, mais força, agilidade e produtividade. Dessa forma, a imagem do idoso começa a ser desconstruída, sua sabedoria e maturidade tão exaltadas pelos povos antigos é substituída pela sua incapacidade de produzir bens materiais. (SILVA, 2008, p. 26)

No Brasil, com fim da ditadura em 1984, vamos ter em 1988, a Constituição Federal de 1988, constitui um marco para a população idosa, garantindo as pessoas idosas aposentadoria proporcional por tem de serviço, aposentadoria por idade e pensão por morte para viúvos/as. (SOARES, DI GIANNI, 2008, p. 13).

Art. 229 - ... os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais, na velhice carência ou enfermidade.

Art. 230 – A família, a Sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na Comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida.

Portanto, a carta magna de 1988, foi importante para reconhecer a população idosa no Brasil. Com a Carta Magna 1988, outras leis garantindo direitos foram surgindo em relação as pessoas idosas vamos ter Política Nacional do Idoso (PNI), Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Estas leis, são resultados de articulações com os movimentos sociais e científicos, e as lideranças políticas envolvidas no processo de constituição das referidas leis, pressionam o poder público e os políticos até a efetiva promulgação das mesmas (NERY, 2005, p. 8). Assim, vamos ter em 1994, a primeira política de âmbito nacional, a Lei n. 8.842/1994, denominada Política Nacional do

Idoso (PNI), dispõe normas para os direitos sociais do segmento idoso, “garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania”. (SOARES, et al 2017, p. 182). Esta lei é fruto da organização, mobilização e reivindicações da classe trabalhadora e da população idosa. Entretanto, é uma legislação moderna que reforça a característica brasileira, afirma Teixeira (2008) uma legislação complexa, rica de proteção social, mas um nítido caráter formal e legalista, que não se expressa em ações efetivas de proteção.

Quanto a Estatuto da Pessoa Idosa em 2003, Nery (2005, p. 8) afirma que o referido documento tramitou no congresso “a partir de 1997 e que foi gerado por iniciativas do movimento dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Em 2000, foi instituída a Comissão Especial da Câmara Federal para tratar do Estatuto”. Ainda segunda a autora, “foram realizados dois seminários nacionais, um em 2000 e outro em 2002, bem como quatro seminários regionais e um outro, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela 3ª. Secretaria da Câmara Federal”.

Segundo Giaqueto e Soares (2010), o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), mais precisamente em seu art. 3º, determina a sociedade assegurar à pessoa idosa a prática do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Isso de forma conjunta com a família, e o Poder Público. Esses direitos, segundo o Estatuto, devem ser assegurados com absoluta prioridade. Mas isto exige da sociedade uma conscientização de seus direitos e do Estado, a maior preocupação com a efetivação de políticas públicas sociais voltadas a este segmento.

Assim, nota-se que a PNI e Estatuto da Pessoa Idosa, expressam a “manutenção das funções reguladoras do estado, particularmente as normatizadoras, mas não a de administrador e gestor prioritário da proteção social” (TEIXEIRA, 2009, p.72). Ainda segundo a autora, o Estado neoliberal, que divide responsabilidades sociais no trato das refrações da questão social, com a família, comunidade, sociedade. O Estado, legitima e incentiva as ações organizações não governamentais na execução da política social.

Capítulo 2 – O Processo de Globalização e Revolução Informacional

Neste capítulo, procurando mapear no objeto de estudo “os principais obstáculos enfrentados pela população idosa referente a inclusão digital e as novas demandas para o Serviço Social”, vamos refletir sobre o processo de globalização e revolução informacional.

O mundo presenciou nos últimos tempos duas revoluções, uma revolução acerca da longevidade da pessoa idosa (SALES, MARIANI e ALVAREZ, 2009) e outra tecnológica informacional (LOJKINE, 1995), entretanto, com o advento dessas revoluções, a sociedade contemporânea se transformou. Suas nuances se fazem presentes no cotidiano de cada indivíduo. Se faz necessário salientar a complexidade desses fenômenos, uma vez que se precisa discutir as novas configurações para a sociedade e suas consequências na contemporaneidade.

A expansão do capitalismo em seu modo de produção alcançou proporções mundiais. A partir disso, entendemos a Globalização enquanto um resultado desse processo que em seu ápice envolve todos os segmentos da sociedade, viabilizada pela evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC's).

Hirst e Thompson (1998) nos aponta que na linha histórica da globalização, os primeiros indícios são visíveis desde o Império Romano, através do comércio e seu respectivo uso de moedas, e também, pela formulação de um sistema legal que tinha como finalidade nortear os interesses públicos e sociais. Entretanto, com a queda de seu regime, ocorreu a estagnação nesse processo, em que só foi restabelecido nas épocas das grandes navegações, “descobrimientos” e colonização no século XV e XVI.

As terras do Novo Mundo foram abertas para os “conquistadores” europeus com a construção de navios melhores equipados, que surgiram posteriormente. A fim de garantir o controle dessas novas terras, houve a instauração de colônias nos territórios invadidos. Podemos usar a título de exemplo as colônias de extração, que contribuiu com o tráfico de 11 milhões de negros, em que 40% eram destinados ao Brasil para o trabalho escravo, seja nas minas ou na exploração de madeiras. Houveram também as colônias de povoamento, predominantemente localizadas na

América do Norte, em que eram fundamentadas na pequena e média propriedade familiar, durante o século XVII (FIORI, 1998).

A partir do século XVIII na Grã-Bretanha, temos o alvorecer da primeira Revolução Industrial, denominada como era do carvão e do ferro. Sua expansão se deu pelo mundo logo em seguida, por volta do século XIX, dando preâmbulo para uma nova era que estava por vir, do desenvolvimento tecnológico. Com a utilização de novas fontes de energia em grande proporção e a substituição do carvão pelo petróleo e energia elétrica, se deu início a segunda Revolução Tecnológica, denominada como era do aço e da eletricidade, em que se permaneceu até a chegada da Primeira Guerra Mundial em suas pesquisas e experiências com armamentos bélicos (KOSHIBA & FRAYZE, 2004).

Santos (2004) nos mostra que os mecanismos criados por Henry Ford (fordismo) e Frederick W. Taylor (taylorismo) surgiram para se aliar as invenções da segunda Revolução Industrial, com seu modo de produção característico pela distinção do trabalho intelectual e manual, controle do tempo e racionalização do processo de trabalho para obtenção do resultado em um período de tempo mínimo, para fins de obtenção do capital através da exploração do trabalho.

A partir dos fatos históricos que desencadearam a Segunda Guerra Mundial e seu conseqüente fim, Moreira e Sene (2004) destacam a separação mundial em dois blocos políticos econômicos: O capitalista (comandado pelos Estados Unidos) e socialista (comandados pela antiga União Soviética). A partir de sua situação econômica e regime político, os países foram classificados como de Primeiro Mundo (capitalistas), de Segundo Mundo (socialistas) e Terceiro Mundo (industrialização tardia), em decorrência desse período pós guerra.

A tecnologia da informação, comunicação e de transporte alcança sua fase informacional global com início na década de 90. Com o aumento de empresas, instituições e inúmeras inovações tecnológicas, a terceira Revolução Industrial (era do conhecimento), designada como Revolução Técnico-científica ou Revolução Informacional, toma forma, engaja o crescimento produtivo econômico e estuga o fluxo de informações, mercadorias e capitais (MOREIRA & SENE, 2004).

Ferreira (2010, p.21) refere-se que a globalização no atual momento da expansão capitalista:

[...] É o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. Ela está marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. Nesse processo há a homogeneização dos centros urbanos, expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, revolução tecnológica informacional nas comunicações, nos transportes, nas ciências médicas e tecnológicas, reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais, união das culturas populares locais em uma cultura de massa universal, entre outros.

As relações de trabalhos se viram novamente modificadas, agora os inventos da revolução tecnológica tomam o lugar que antes o trabalhador ocupava, surgindo assim novas expressões da questão social para aqueles que agora ocupam a massa de mão de obra excedente.

Iamamoto (1997, p.18) completa:

[...] vive-se hoje uma terceira revolução industrial, com radicais e profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários.

Sob outra perspectiva, Matos (apud COMPAGNOLO, 2006, 25-32) defende:

A revolução industrial deu origem a uma intensa mecanização dos processos de relação do homem com a natureza. A mecânica de Newton habilitou a criação de modelos determinísticos dos processos naturais, que, em torno, permitiram o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e interferência na natureza pelo homem. O desenvolvimento tecnológico é uma evolução contínua em que cada nova tecnologia habilita o domínio mais apurado dos processos naturais e por consequência, permite o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas. [...] a informação, mesmo com seu sistema de armazenamento e transferência escrita, falada e impressa, sempre foi um elemento útil para a vida das sociedades. Contudo, somente o recente desenvolvimento tecnológico abre as possibilidades hoje disponíveis para aumentar a quota de certezas e atenuar as margens de desacerto em relação ao que deve ser conhecido. Atualmente, o desenvolvimento tecnológico é um dos fatores primordiais na contemporaneidade, que parece caracterizar e conduzir a ocorrência de padrões sociais e econômicos renovados e, conseqüentemente, outros formatos organizacionais e de relações culturais e políticas daí resultantes.

Com a emergência de novas maneiras de sistematização do trabalho e suas formas de gerência segundo um renovado modelo, para Tapajós (2003, p. 222):

A velha maneira de organizar o trabalho tinha como modelo de fábrica, um sistema hierárquico. Esse sistema tem a gerência superior, a gerência média, e os trabalhadores, que são vistos como engrenagens de uma máquina, são programadas por aquelas outras engrenagens que estão no alto da pirâmide para fazer a criatividade do cérebro humano não utilizado na organização. O modelo de fábrica anteriormente vivido perdeu sua utilidade. Os computadores de hoje e as comunicações permitem organizar para trabalhar de uma maneira nova. Baseado no conceito da “inteligência distribuída” da área da computação, este novo modelo distribui a informação e as ferramentas para usar essa informação em toda a organização. A autoridade de tomar decisão pode ser colocada para os trabalhadores das linhas dianteiras, onde a mudança acontece primeiramente.

A revolução tecnológica mostra suas duas faces, por mais que se reconheça os lados negativos, é importante salientar e evidenciar os positivos, que por sua vez favorecem a vida, tornando-se para muitos uma questão de necessidade.

Partindo desse pressuposto de inovação, Aldé (2009) e Sêga (2008) nos mostram que a partir do surgimento da internet, a incorporação e troca em escala mundial das informações em um mundo globalizado, ocorre de forma fácil, além de modificar a compreensão de tempo e espaço.

Sobre o surgimento da internet, Tapajós (2003, p. 80) nos aponta:

A internet foi criada, tendo como protótipo justamente uma rede militar experimental, desenvolvida por pesquisadores da Advanced Research Projects Agency [...], cujas justificativas se pautavam na mencionada garantia que, o fluxo de informação, partindo do Ministério da defesa dos Estados Unidos, não fosse passível de interrupção ou de acesso discriminado.

Em concordância, para Schiller (2001 apud TAPAJÓS 2003, p. 80) a internet é entendida como:

[...] uma rede é um conjunto de computadores ligados entre si a nível físico e a nível lógico. A internet rompe com as práticas estabelecidas em ambos estes níveis. Em nível físico, as redes são montadas quando os computadores são ligados através de um meio de telecomunicação, como linhas telefônicas de cobre, fibras ópticas ou satélites de difusão. A internet faz um uso intensivo destas infraestruturas físicas de telecomunicação, mas enriquece-as com equipamento adicional. Computadores e encaminhadores (routers)

codificam as mensagens em forma digital, repartem-nas em pacotes individuais de dados, juntam um endereço a cada um dos pacotes, estabelecem uma via de transmissão para cada um dos pacotes individuais, acabando por estes pacotes em mensagens completas nos pontos de destino [...] A nível lógico, as redes de computadores, e as novas capacidades que eles trariam para o sistema de telecomunicações, são também estruturadas por software que os dota de capacidade para usos específicos, ou funcionalidades, tais como as transferências de ficheiros. [...] No mais básico dos sentidos pode-se dizer que a Internet nasceu porque um grupo cada vez maior de computadores adquiriu capacidade para comunicar-se através de um conjunto de protocolos comuns conhecidos como TCP/ IP (mais tarde foram acrescentados protocolos-chave). Na perspectiva do utilizador final a internet pode parecer um sistema unificado, mas na realidade, trata-se de uma assemblagem gigantesca de redes de computadores interligadas, que por isso se chama uma rede 'descentralizada' de redes.

Presenciamos uma grande mudança no atual modo de vida, entretanto, apesar desse processo de desenvolvimento e acesso se mostrar desigual para grande parte da população, o espaço virtual *online*, se mostra instantâneo, acessível da palma da mão. As distâncias se encurtaram e o espaço e tempo não limitavam o alcance da informação. Através de um *smartphone* conectado à *internet* é possível iniciar uma chamada de voz ou vídeo com qualquer pessoa, sem restrição de localização ou barreiras de distância; é possível acessar informações em tempo real, checar acontecimentos minutos depois de divulgados e ocorridos; é possível realizar compras virtuais sem sair de casa; consultar a previsão do tempo com dias de antecedência; visitar lugares no mundo sem percorrer nenhum quilômetro

Capítulo 3 – A Pessoa Idosa Frente a Tecnologia no Tempo Presente

Neste capítulo, vamos mostrar o caminho metodológico utilizado na presente pesquisa bibliográfica e documental. Para análise dos dados utilizamos a técnica “análise de conteúdo”, na organização, classificação e categorização. Os dados foram analisados pelo método eleito materialismo histórico dialético.

3.1 - Percurso Metodológico

A definição de metodologia para Delandes (2011, p. 46) “mas que uma descrição formal de métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quando teórico e de seus objetivos de estudo”.

Assim, para mapear o objeto da presente investigação, ou seja, analisar os principais obstáculos enfrentados pela população idosa referente a inclusão digital e as novas demandas para o Serviço Social, optamos pelo o método materialismo histórico dialético, fazendo aproximações sucessivas à concreticidade, partindo do real para a dimensão reflexiva. (SOARES, et al, 2017, p. 173).

Optamos pela abordagem qualitativa, que segundo Martinelli (1999, p. 27), aponta três considerações sobre a pesquisa qualitativa:

- A primeira é quanto o seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais;
- A segunda é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa;
- A terceira é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão.

Foi um estudo exploratório, de caráter explicativo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental. Na pesquisa bibliográfica procuramos realizar levantamento da produção acadêmico – científica (teses dissertações) e livros (fontes bibliográficas) sobre o tema. E assim, construímos os nossos capítulos. No Capítulo I, intitulado “O Envelhecimento nas Sociedades Históricas, no Capítulo II - O Processo de Globalização e Revolução Informacional; no Capítulo III - A Pessoa Idosa Frente a Tecnologia no Tempo Presente. Os autores mais significativos e críticos que estudam a temática foram: Simone de Beauvoir, Solange Maria Teixeira, Nanci Soares, entre outros.

Na pesquisa documental buscamos com base em fontes primárias regulamentos, leis, decretos, documentos oficiais pelo governo. Fontes secundárias: livros, artigos científicos, pesquisas, entre outros. (TEIXEIRA, 2009, p. 66).

Para análise dos dados utilizamos a técnica “análise de conteúdo”, que segundo Minayo (2007) análise de conteúdo é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa.

Bardin (1977) define a análise de conteúdo atualmente como sendo: “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Portanto, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Assim, utilizamos a referida técnica para organização, classifica e categorização dos dados.

Segundo Minayo (2007) as categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos. Assim, construímos as categorias de análise desta pesquisa são: 1) Envelhecimento e velhice numa perspectiva critica; 2) Por que a busca pela inclusão digital? 3) Pandemia de Covid 19

e o Espaço Virtual; 4) A Inclusão Digital como uma Nova Demanda para o Serviço Social

Categoria I – Envelhecimento e Velhice numa Perspectiva Crítica

Beuvoir (1970/1990) nos evidenciou através de sua análise que em diferentes sociedades históricas as pessoas idosas eram categorizadas seguindo o interesse de determinada organização social, também que seus papéis na sociedade estavam diretamente relacionados com sua classe social. A autora ainda adverte que “todas as civilizações que conhecemos caracterizam-se pela oposição entre uma classe exploradora e classes exploradas. A palavra velhice representa duas espécies de realidade profundamente diferentes, se considerarmos esta ou aquela” (p. 261).

Para estudar o processo de envelhecimento das pessoas idosas no tempo presente é necessário compreender que sua posição na sociedade não se trata apenas do resultado dos fatores biológicos e cognitivos prejudicados durante seus anos de vida, é necessário ampliar o olhar sobre a realidade e perceber todas dimensões históricos-sociais que cercam o indivíduo. Haddad (1986), confirma tal pensamento ao elucidar que o Brasil em sua estrutura de produção Capitalista, o envelhecimento se faz uma temática complexa, que não deve ser analisada apenas em seu ponto de vista individual, fora do conceito da sociedade de classes.

Compreendo que a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução de ideias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sociais sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção (HADDAD, 1986, p. 16).

Assim sendo, se faz indispensável a análise e compreensão do lugar que ocupa o indivíduo “improdutivo” e seu papel em uma sociedade Capitalista. Quando se trata de pessoas idosas, aqueles que acumularam mais capital ao longo de sua vida, hoje desfrutam de uma qualidade de vida superior àqueles que se encontram em uma posição oposta vivendo as expressões da questão social.

Beauvoir (1990, p.8) ainda diz que:

(...) A sociedade de consumo, observa Marcuse, substitui a consciência infeliz por uma consciência feliz e reprova qualquer sentimento de culpa. É preciso perturbar sua tranquilidade. Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias. Na França, onde a proporção de velhos é a mais elevada do mundo – 12% da população têm mais de 65 anos – eles são condenados à miséria, à solidão, às deficiências, ao desespero. Nos Estados Unidos, seu destino não é mais feliz. Para conciliar esta barbárie com a moral humanista que professa, a classe dominante adota a posição cômoda de não considerar os velhos como homens.

Portanto, este é o envelhecer da classe trabalhadora na sociedade capitalista brasileira, como mostramos neste trabalho, a importância de analisar o processo de envelhecimento e velhice numa perspectiva de totalidade, resgando os determinantes sociais, políticos, culturais e econômicos, e perceberemos que a problemática social de envelhecer na ordem do capital, está relacionada a vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores, afirma Teixeira (2009), ao perderem o valor de uso para capital. E assim vai se tornar uma das expressões da questão social, por não “disponerem dos meios da produção, de rendas advindas da propriedade e da riqueza socialmente produzida, capaz de garantir a velhice digna”. (TEIXEIRA, 2009, p. 67). E assim estas pessoas idosas são submetidas, a pobreza, miséria, dependência, solidão entre outras expressões da questão social.

Goldman (2007, p.1) destaca a exclusão digital também como uma das expressões da questão social, pois, o crescimento da população brasileira ocorre paralelamente ao avanço acelerado das novas tecnologias que vão demandar uma inserção imediata das pessoas idosas para acessar terminais eletrônicos de bancos e demais equipamentos, tornando assim uma das expressões da questão social.

Vivemos na era da globalização em que o homem contemporâneo utiliza novas maneiras de ser e agir dentro dessa nova realidade. Partindo do presente século XXI, desde meados dos anos 70, a tecnologia atingiu todos os segmentos da sociedade, revolucionando a forma do mundo se comunicar e interagir. O nosso dia a dia é cercado de tecnologia. É dentro desse contexto que se encontra a pessoa idosa, cuja grande parte de sua bagagem de vivências advém de outros tempos.

Categoria II - Por que a busca pela inclusão digital?

Esses indivíduos que presenciam a exclusão tecnológica, buscam com mais frequência romper com essa barreira de inserção, com o objetivo de se atualizar nesse novo contexto de avanços, diminuir o distanciamento social através da comunicação *online* com familiares e amigos, potencializar e conhecer novas formas de lazer, e principalmente para romper com o estigma de “velho ultrapassado”. Em suma, nesse cenário, surge a necessidade e vontade de aprender e reaprender, descobrir dentro de um mundo de possibilidades, oportunidades nunca antes vivenciadas.

De acordo com Filizola e Rose (2008, p.21):

Para as gerações atuais a Internet é um modo de se conectar com o mundo, conhecer pessoas novas, resolver questões cotidianas, fazer pesquisas, etc. As gerações mais velhas poderiam tirar o mesmo proveito da Web. Muitos idosos sentem-se sozinhos e poderiam usufruir da Internet para conhecerem pessoas como eles e mesmo para coisas mais práticas como efetuar pagamentos e acessar informações bancárias. Hoje em dia, por exemplo, grande parte dos laboratórios médicos disponibilizam resultados na Internet. Algo muito útil para o idoso que não precisa ir novamente ao laboratório, basta acessar a página da empresa e pegar seu resultado com uma senha.

O mundo digital frente a vivência cotidiana da pessoa idosa ainda é por muitos desconhecidos e distantes. É nítida a exclusão social e de acesso com base em questões de gênero, raça, etnia, classe social, formação, condições econômicas, entre outras. Nessa direção, Tapajós (2003, p.174) evidência:

[...] periga transformar-se em metáfora a criação de uma sociedade para todos, já que este pode ser um campo onde se verifica o reforço das desigualdades, e não a oportunização da autonomia, a transformação de analfabetos funcionais em analfabetos digitais, enfim, em cidadãos sem ingressos para esta nova sociedade. A desigualdade social e os problemas que aí decorrem projetam-se e, poderia ser dito, sofisticam-se, no campo da informação. A info-exclusão, neste sentido, pode ser ignorada como decorrente de um *continuum* da exclusão social, sob pena de a ‘sociedade da informação’ cristalizar-se como uma sociedade de poucos, ao contrário do exigido em seu ideário.

Em concordância com o autor mencionado acima, Compagnolo (2006, p. 26) evidencia: “já não há como duvidar que estamos no meio de uma revolução tecnológica. Os sinais são óbvios e os impactos são tão relevantes para os que

dispõem de tecnologia quanto para os que não têm acesso a ela”. Compreendendo o período em que vivemos e como ele é vivenciado por diferentes segmentos da classe trabalhadora, temos que fomentar transformações, fazendo com que a tecnologia e a inclusão digital se tornem presente na vida da pessoa idosa e entre com mais importância nas pautas governamentais.

Categoria III - Pandemia de Covid 19 e o Espaço Virtual

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou em janeiro de 2020 uma declaração comunicando sobre o novo surto de coronavírus [SARS CoV-2] e sua constituição como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional [ESPII] (Organização Pan-Americana de Saúde, 2020). As pessoas idosas logo foram identificadas nas pesquisas e estudos como um potencial grupo de risco para a nova infecção.

O Ministério da Saúde (2020) declarou em seus protocolos a iniciação do isolamento social, em consequência ao cenário de avanço da pandemia. Pessoas incluídas no grupo de risco, tais como idosos, portadores de doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma e doença pulmonar obstrutiva), gestantes puérperas, crianças menores de 5 anos, entre outras, foi indicado recomendações mais rígidas de isolamento para evitar o agravamento da COVID 19.

Surpreendidos com a restrição de visitas familiares e de amigos, as pessoas idosas que vivem sozinhas, com família, ou em instituições de longa permanência se encontravam em um cenário de solidão, uma nova mudança de rotina e hábitos que foi duramente imposta pela pandemia, mas que se mostrou necessária e emergente para o cuidado daquele indivíduo.

Os recursos tecnológicos obtidos com o uso da internet são uma das possibilidades para enfrentar esse momento, onde muitas pessoas estão longe de tudo e precisam lidar com situações cotidianas, incluindo as relações interpessoais e a convivência social.

Coelho (2020) e Marlene (et al. 2020) nos chama a atenção ao nível de globalização da sociedade do tempo presente em relação ao enfrentamento da pandemia quando comparada às anteriores, em que nos encontramos mais conectadas ao ambiente virtual, possibilitando assim, o embate a certos desafios impostos, principalmente quando a pessoa idosa pode utilizar a tecnologia em seu favor. Vale ressaltar que essa globalização mencionada pelos autores se dá de forma desigual, mais atenuante durante a pandemia de COVID, em que nem todas as famílias e pessoas idosas tiveram o mesmo nível de acesso tecnológico.

Os dados mais recentes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2019) mostram que no Brasil cerca de 4,3 milhões de pessoas idosas vivem sozinhas, ou seja, encontram-se mais vulneráveis ao enfrentamento a pandemia da COVID 19 aproximadamente 14% dentre as pessoas com mais de 60 anos. Frente a essa realidade desfavorável que esses indivíduos buscaram ainda mais a inclusão digital para garantir a sua qualidade de vida.

Órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a importância dessa transformação tecnológica e incentiva a inserção na vida da pessoa idosa:

Além disso, o investimento nesse letramento digital entre pessoas acima dos 60 anos é também uma recomendação da própria OMS e do Ministério da Educação, órgãos referência no combate à crise atual. Há incentivo por parte dessas instituições para que a terceira idade busque o domínio de aparelhos como o smartphone e as possibilidades que estão por trás do uso de aplicativos e funções dos aparelhos (SILVA, 2020, p.14).

Sun e Rolandi (et al. 2020) exemplificam a partir de uma pesquisa realizada as motivações e barreiras para a utilização de tecnologias pela pessoa idosa:

Fatores como a promoção do entretenimento, relacionado ao ato de ouvir música ou ver vídeos; aumento da comunicação e da interação interpessoal e social, voltadas para o uso das redes sociais como Facebook e Whatsapp, e para as conversas estabelecidas com parentes e conhecidos; além do acesso às informações, tanto relacionadas à procura por conteúdos de saúde ou notícias; redução da sensação de isolamento e promoção de uma vida independente, a respeito da possibilidade de manutenção da própria saúde e dos sentimentos de bem-estar, foram descritos pelos estudos italiano e chinês como principais motivações. (p.55)

[...] Em relação às barreiras, participantes idosos dos estudos realizados na China, Itália e a revisão de literatura realizada por suecos, relataram que as questões técnicas de funcionamento; dificuldades no gerenciamento e manuseio da tecnologia; o custo dos aparelhos com relação direta sobre a renda; design inadequado e divergente da preferência do idoso; limitações físicas e funcionais, como visão reduzida e deficiência física; além do sentimento de pouca confiabilidade e segurança, se caracterizaram como limitadores da incorporação das tecnologias pelos idosos. (p.56)

Barbosa (2021) divulga a pesquisa feita através da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) onde aponta que 97% das pessoas idosas começaram a utilizar a internet em 2021, fato que evidencia a crescente transformação digital e tecnológica e sua inclusão no cotidiano daqueles com a faixa etária acima dos 60 anos. Dentro dessa realidade, podemos destacar as seguintes tecnologias digitais que influenciaram o crescente acesso e inclusão:

Caetano, Silva, Guedes, Paiva, Ribeiro e Santos (2020) evidenciam que a telemedicina foi uma solução adotada por muitos países para tratamento dos indivíduos assintomáticos ou com sintomas leves. A princípio é feito um primeiro contato com o paciente através de chamada de vídeo ou ligação a fim de coletar dados para uma triagem inicial, posteriormente, direcioná-los conforme sua demanda individual. Evitar idas e vindas desnecessárias aos hospitais, postos de saúde e farmácias foi considerado um elemento fundamental para evitar a propagação e contaminação por Covid 19, tendo em vista a superlotação que o sistema de saúde e demais espaços relacionados enfrentou durante esse período.

No contexto das redes sociais, Banskota, Healy e Goldberg (2020) apresentaram uma pesquisa realizada nos Estados Unidos em março de 2020, sobre o uso do smartphone durante a pandemia. Os resultados mostram que nove entre dez pessoas idosas utilizavam mensagens de texto ou e-mail para se comunicar durante esse período de isolamento social. Destes, 60% já utilizavam os aplicativos de mensagens em seus dispositivos, principalmente o Whatsapp, que contribuiu expressivamente para a aproximação das pessoas através de videochamadas, em que se pode fazer por parte dos familiares o acompanhamento daquele indivíduo idoso em isolamento dos demais entes. O facebook também se mostrou presente nessa rotina, favorecendo a formação de novas amizades e comunidades online,

consequentemente, diminuindo a sensação de ansiedade ou solidão que se sucediam pela ausência de contato pessoal.

Nicol, Piccirilo, Mulsant e Lenze (2020) expõem que os órgãos sanitários e governamentais também utilizavam as redes sociais a favor da divulgação científica de estudos e dados sobre o Covid 19 para a população durante o ápice da pandemia. Porém, a liberdade que se encontra no uso da internet permitiu a criação e divulgação em massa de fake-news nas redes sociais que tinham como propósito a desinformação e teorias conspiratórias de cunho político.

Diante mencionado, é importante ressaltar que nem toda a população tinha acesso à internet ou meios de efetivar o uso da telemedicina, redes sociais, durante a pandemia e até mesmo a momentos que antecedem esse fato, seja pela ausência de condições materiais ou a falta de capacitação para o uso do mesmo.

Categoria IV - A Inclusão Digital como uma Nova Demanda para o Serviço Social

A população idosa, por meio de organização e reivindicações da classe trabalhadora e do segmento idoso, traz suas necessidades sociais para a cena pública e penetram nas agendas governamentais e pressionam por respostas do Estado e da sociedade. Respostas que, mediante as políticas sociais, se inserem num quadro de interesse contraditório, atendidos pelo Estado capitalista, ou repassados para a sociedade civil, para obter e manter a hegemonia das classes dominantes. Assim, as políticas sociais e seus serviços, programas e benefícios são parte das respostas governamentais geralmente fragmentadas e setorializadas.

No Brasil, as primeiras respostas advêm dos direitos trabalhistas e previdenciários, através da criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para os ferroviários, no ano de 1923” (BENEDITO, 2017, p. 36). Ainda segundo a autora, em 1923, denominado Lei Eloí Chaves, o determinante para a criação das referidas CAPs, sociedades civis que tinham abrangência por empresa. Os Institutos de Aposentadoria e Pensão, unificados com a Lei Orgânica da Previdência em 1966 e em vigor com a criação do Instituto Nacional de Previdência Nacional (INPS), se garantem esses direitos, mas que beneficiava apenas os incluídos no mercado formal

de trabalho. Nos anos 1970, muitas dessas pessoas idosas de baixa capacidade contributiva, são incluídas via Renda Mensal Vitalícia ou Funrural, mas não ascendem à condição de cidadania, pois têm suas necessidades rebaixadas em relação aos contribuintes urbanos recebendo benefícios inferiores ao salário mínimo. Outros são atendidos pela LBA com ações assistenciais e assistencialistas (TEIXEIRA, 2008).

Na contemporaneidade, vamos ter a “I Assembleia Mundial” sobre envelhecimento, em Viena, 1982, “desencadeou um processo de discussão em âmbito mundial e nacional sobre a questão do envelhecimento. Entre as recomendações contidas no documento, a qualidade de vida deveria ser tão importante quanto a longevidade”. (BENEDITO, 2017, p. 41). Esta assembleia foi elaborada para os países desenvolvidos, mas também influenciou os países periféricos. Segundo Camarano e Pasinato (2004) apontam os reflexos desse plano no Âmbito da América Latina, houve modificações em suas constituições. Entretanto, no Brasil, os movimentos sociais ligados à população idosa, já reivindicavam seus direitos, na conjuntura pré-constituíste, resultando na Constituição Federal de 1988.

Em 2002, vamos ter a “Segunda Assembleia Mundial”, que enfatizou o envelhecimento populacional dos países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil. Na AME II vamos “ter uma nova declaração política e um novo plano de ação que deveriam servir de orientação à adoção de medidas normativas sobre o envelhecimento no início do século XXI” (SOARES et al, 2017, p. 178). Este plano traz também a proposta do envelhecimento ativo, com alguns determinantes: “a participação ativa dos idosos na sociedade; o desenvolvimento e a luta contra a pobreza; o fomento da saúde e do bem-estar na velhice; a promoção do envelhecimento saudável; e a criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento” (SOARES, et al, 2017, p. 197). Entretanto, este “plano não considerou as diversidades culturais e, especial, as disparidades de classe social; este segundo fator é mais relevante para se pensar o processo de envelhecimento e velhice em relação à realidade social” (SOARES, et al, 2017, p. 178).

No Brasil, a Constituição de 1988, constitui um marco importante para a pessoa idosa, garantindo aposentadoria por idade e pensão por morte para viúvos, bem como a equiparação dos benefícios previdenciários. Com esta Carta Magna institui a Seguridade Social, com o tripé: saúde, assistência social e previdência social.

Com a Constituição, outras leis de garantia de direitos foram criadas, no tocante a população idosa vamos ter a Política Nacional do Idoso (1994) dispõe normas para os direitos sociais das pessoas idosas, visando garantir autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Em 2003, vamos ter o Estatuto da Pessoa Idosa, criado pela Lei n. 10.741/2003, garantindo o direito à vida, à liberdade, à saúde, à educação, entre outros. Estas leis são ricas em proteção social, afirma Teixeira (2008) mas com nítido caráter formal e legalista, que não se expressa em ações efetivas de proteção.

A interação com a vida moderna é um dos pontos importantes apresentados em tal Estatuto, com ênfase na inclusão digital e tecnológica para a obtenção de autonomia e inclusão ao executar tarefas no cotidiano. No artigo 21, do referido Estatuto, determina que “O Poder Público criará oportunidades de acesso à pessoa à educação, adequando currículos, metodologia e material didático aos programas educacionais e ele destinados”. No parágrafo 1^a recomenda que “Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna”. Porém, ainda são muitos os desafios da população idosa, que na maioria das vezes o sentimento de exclusão do ambiente digital persiste por não conseguir compreender e se adentrar nos mais diversos segmentos eletrônicos do seu dia a dia.

Entretanto, as pessoas idosas, segundo os autores Czaja e Lee (2007), “não ter acesso e ser incapaz de usar a tecnologia cada vez mais colocará os idosos em desvantagem em termos de sua capacidade de viver e funcionar independentemente”. No nosso tempo presente, esse distanciamento da pessoa idosa frente às novas tecnologias contribui para sua segregação e nos revela uma nova face da questão social a ser explorada, que em suas singularidades nos mostra as dificuldades enfrentadas por essa população, seja em sua ordem cognitiva, motora, financeira, étnico racial e também de gênero, fatores que limitam sua inclusão.

No cenário de desmantelamento de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora e pelas pessoas idosas, frente às dificuldades de acesso às novas tecnologias, o papel do assistente social está diretamente ligado no âmbito da inclusão desses sujeitos, engajando e fomentando políticas públicas, em que nesse sentido “essas políticas possam ajudar a população economicamente carente a se

beneficiarem das vantagens do processo tecnológico. A maneira é promovendo acesso universal à infoalbetização de modo a reforçar o caráter democrático da sociedade da informação” (ASSMANN, 2000, p.6).

Berzins (2003 apud COELHO, 2004, p.20) ainda nos alerta: “É necessária a adoção de políticas que habilitem os idosos e respaldam a continuidade deles em nossa sociedade, estabelecendo novos papéis sociais de participação e inclusão e promovendo o desenvolvimento da independência e autonomia na vida social”.

Entender quais as abordagens metodológicas adequadas para propiciar tal inclusão é extremamente necessário. Investigar as limitações dos sujeitos e propor uma estratégia educacional inclusiva é ponto chave para oportunizar a pessoa idosa o domínio e compreensão da realidade tecnológica que ela está inserida em sua singularidade. Segundo Zimmermann (2007, p.29):

Inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com a ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo “digital divide”, que em inglês significa “divisória digital”. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores.

Almeida (2001, p.129) confirma a visão de Zimmermann quando diz que:

Quando o idoso se sente novamente senhor de seus atos, renasce de dentro para fora, esperanças de uma vida mais leve, mais alegre, proveitosa, porque rompeu com as amarras, quebrou os grilhões que o acorrentam ao desespero, ao descrédito, à indignidade. A relação do idoso consigo próprio, com o ambiente e com o outro, é construtiva e será possível se houver interação mútua. O computador e a Internet se constituem em ferramentas – chaves, que possibilitam ao idoso ter em suas mãos o poder que os permite decidir: A liberdade não tem começo nem fim, todavia para ser vivida plenamente, há que se respeitar a liberdade do outro, porque o ir e vir da vida provoca contatos que embora fugazes ou duradouros, ocasionam interações físicas que podem tornar-se tão maiores e então possibilitando trocas experienciais, emocionais, permeando quem sabe a união dos idosos.

Cursos de informática direcionados para a população idosa atualmente se mostram como um caminho para o apoderamento da internet e de outras tecnologias presentes no cotidiano. Vieira e Santarosa (2009) elucidam que a busca por inclusão social é pautada pelas pessoas idosas através da busca por inclusão digital e tecnológica, que por sua vez ocasiona a sensação de pertencimento em um contexto

que o conhecimento da tecnologia pode influenciar todos os âmbitos da sociedade. Kachar (2003) analisa e reflete que somente com a adoção de técnicas e metodologias que se adaptam às condições específicas da pessoa idosa, especificamente, as que dizem respeito às dificuldades de memorização, redução da capacidade visual, auditiva e locomoção restringida, possibilitam a inclusão atendendo ao ritmo de aprendizado desses sujeitos e suas particularidades. Ainda segundo a autora, a produção científica acerca do processo de aprendizado da informática para pessoas idosas se encontra atualmente escassa, e reitera que “os cursos de informática ainda não apresentam uma metodologia de ensino e aprendizagem específica para a terceira idade” (KACHAR, 2003, p.53).

Por outro lado, presenciamos o aumento de projetos e iniciativas educacionais que visam executar compromissos com a população idosa. Podemos utilizar a título de exemplo as Universidades Abertas da Terceira Idade (Unati), presente no Brasil e no Mundo. Vital (2005) destaca que por meio do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), as Unatis contribuem oferecendo à pessoa idosa possibilidade de educação, integração social e saúde, promovendo o desenvolvimento em nossa sociedade e amortizando alguns reflexos da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos como universal o processo de envelhecimento, no qual toda a população está prestes a vivenciar. As condições físicas, cognitivas, históricas e sociais diferenciam esse processo quando comparada a singularidade de cada indivíduo. O envelhecimento nas Idades Antigas, Média, Moderna e Contemporânea se distinguem da realidade em que vivemos no tempo presente.

A compreensão acerca do processo de envelhecimento e sua imagem muitas vezes se limitam a um entendimento a um estereótipo ruim, em que é evidenciado e colocado em pauta somente os aspectos negativos que esse processo acarreta no âmbito físico e mental dos sujeitos quando atingem a terceira idade. A sociedade de consumo nas relações capitalistas na contemporaneidade contribui fortemente para a disseminação dessa visão, quando o novo é enaltecido e o velho é abominado.

É certo que o cotidiano da pessoa idosa passa por um processo de mudança ao adentrar na velhice, ou a aposentadoria, quando lhe atinge certo declínio físico, ou mesmo a queda das relações sociais pelo distanciamento do convívio do trabalho. Almeida (2001, p.15-18) nos diz que:

[...] Velhice não é uma doença, mas a fase da vida em que o organismo está predisposto a uma série de condições mórbidas e que, além disso, adquire aspectos peculiares. [...], porém, o indivíduo continua vivo, capaz, digno e com direito a traçar seus próprios caminhos a seu modo e na velocidade que melhor lhe convier. Verifica-se que a memória diminui para fatos recentes e se conserva para os antigos. A memória diminui, mas não finda, há significativa redução no índice de perda, quando o idoso conserva a autoestima e o poder de mando. Os aspectos sociais e psicológicos têm importância fundamental, principalmente quando se sabe que os idosos têm dificuldade para acompanhar as mudanças de maneira geral.

[...] A primeira morte é a profissional, pois o indivíduo ausenta-se definitivamente da sociedade produtiva, ampliada pela perda significativa do poder de consumo, devido à redução dos proventos em virtude das perdas de gratificações e vantagens outrora reais. A segunda morte é a social, quando o aposentado perde o contato com os colegas de trabalho, quando dos encontros nos bares para um aperitivo. A redução dos proventos obriga-o a economizar ao máximo o minguado salário da aposentadoria, não permitindo que participe dos

acontecimentos sociais, que outrora não faltava. A terceira morte é a familiar, os proventos não permitem que a família consuma na mesma intensidade, e a perda do poder aquisitivo, discrimina socialmente a família e está expia as culpas no chefe da família que é destituído do comando familiar por incompetência econômico-financeira. Inicia-se a perda do poder de mando. A quarta e derradeira morte, é a negação de si próprio, a tristeza infinita, o sentimento de incompetência, o ostracismo (profissional, social, familiar e pessoal), gerador final da depressão, demência e morte física.

Nesse mesmo sentido, Salgado (1999, p.32) defende:

Estabelecer um limite cronológico para a função evolutiva humana é uma posição simplista que desconhece a multidimensionalidade do processo de envelhecimento e as múltiplas possibilidades que os indivíduos têm de se manterem ativos e produtivos ao longo de toda a existência. O envelhecimento nem sempre traz um desgaste global a todos os indivíduos. As partes do organismo embora envelheçam juntas, não o fazem na mesma velocidade, o que significa dizer que não evoluem da mesma forma. A individualidade da velhice, composta por razões orgânicas particulares, experiências de vida, desenvolvimento social e cultural, cria a possibilidade do velho jovem ou do jovem velho, fato este não necessariamente ligado à idade cronológica. [...] A velhice deve ser entendida por um conceito abstrato, embora assuma características comuns originadas das condições físicas e dos próprios limites impostos pela sociedade. Envelhecer é uma propriedade particular, com vivências e expectativas específicas que não reduzem a responsabilidade de vida e participação ativa no processo social. Mesmo velho, o indivíduo continua membro da humanidade.

É na esfera familiar ou Estatal que a pessoa idosa deve buscar, exigir e exercer a inclusão na participação das mais diversas esferas da sociedade, cumprindo com seu papel de sujeito ativo na construção do presente e do futuro da humanidade, também, de romper com o pré-conceitos e ideias errôneas que envolvem sua imagem e o limitam de assumir seu dever como um cidadão de direitos, através da compreensão pela totalidade e da complexidade do ser humano, interligando os aspectos biológicos, culturais e sociais.

A Inclusão digital e tecnológica é entendida como um processo que a pessoa idosa se familiariza com os novos avanços inseridos no seu cotidiano e contexto histórico social, através das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, que se fazem necessárias para a prática da cidadania, com o manuseio e entendimento acerca da urna eletrônica nas eleições; utilização e solicitações de serviços governamentais online, tais como a previdência, assistência social e saúde;

operações financeiras em caixas eletrônicos; o domínio sobre as novas tecnologias se faz um elemento extremamente necessário para o ingresso no mercado de trabalho em plena sociedade do conhecimento, entre outros.

Soares, Tavares, Guimarães, Couto e Araújo (2021, p.29), expõem que no cenário brasileiro antes da pandemia de COVID 19, a partir dos dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação:

No ano de 2019, 22% dos idosos brasileiros já haviam utilizado um computador, 38% haviam acessado a internet e 70% possuíam celular. O que indica que as tecnologias digitais que já faziam parte do cotidiano de muitos idosos passaram a ser mais utilizadas especialmente por aqueles que vivem distantes de suas famílias que também passaram a ser cuidados por meio de contatos mediados por essas tecnologias.

Dentre aqueles que já haviam acessado a rede, 82% acessam todos os dias ou quase todos os dias, e o dispositivo mais utilizado foi o telefone celular (97%), seguido pelos computadores (34%) e televisão (23%). As atividades virtuais com maior percentual de realização foram: envio de mensagens instantâneas (83%) e chamadas por voz ou vídeo (69%); busca de informações sobre produtos e serviços (42%) e sobre saúde e serviços de saúde (39%); ouvir música (45%) e assistir programas, vídeos, filmes ou séries (40%); e compartilhamento de conteúdo (52%).

A falta de interesse e falta de habilidade com o computador foram citadas como motivo para nunca terem utilizado a internet em 70% dos idosos e, dentre as habilidades abordadas no estudo, a faixa etária de maiores de 60 anos foi a que menos realizou alguma das atividades (51%)

É certo afirmar que a Pandemia de Covid aumentou a necessidade de inclusão tecnológica e conseqüentemente a ocupação de pessoas idosas em espaços digitais, entretanto, fica o questionamento: realmente estão incluídos? Conseguem garantir e exercer sua autonomia? Neste sentido, capacitar os idosos em relação aos recursos tecnológicos é uma ação que incentiva os mesmos a viver sua independência e garantia de direitos.

Quando analisamos essa questão de forma crítica, é possível chegar à conclusão que somente alcançando um nível educacional inclusivo através de políticas públicas levantadas e defendidas por assistentes sociais e profissionais da área da gerontologia competentes e qualificados para planejarem ações articuladoras

dentro das mais variadas esferas da sociedade, conseguiremos romper com a barreira que se instaura entre as pessoas idosas e os avanços tecnológicos presentes na realidade que envelhece.

O Assistente Social nesse contexto tem o papel de desmistificar as tecnologias, compreendendo as novas linguagens, rompendo barreiras internas e externas, superando os mais diferentes desafios que surgem no percurso através de um ambiente de ensino e aprendizado inclusivo e de qualidade que possibilite o aprendizado de forma gradual, incentive a troca de conhecimento e experiências, que considere o coletivo e o individual, torna a inclusão digital e tecnológica não apenas um desafio, mas também um direito possível de ser alcançado pela pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, L. **A Internet não para**. Educação Pública. Rio de Janeiro, 03 de jul. 2002. Disponível em <http://www.educacopublica.rj.gov.br/jornal/materia.asp?seq=62>. Acesso em 01/10/22.
- ALMEIDA, Néli Moraneli de. **A reinserção sócio-profissional do idoso no mundo tecnológico**. 2001. 196 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.
- ASSMANN, Hugo. **A metamorfose do aprender na sociedade da informação**. Ciência da Informação, Brasília, 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf>>, Acesso em: 10/09/2022
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 1977.
- BARBOSA, Marina. **97% dos idosos acessam a internet, aponta pesquisa da CNDL/SPC Brasil**. Disponível em:<<https://cndl.org.br/varejosa/numero-de-idosos-que-acessam-a-internet-cresce-de-68-para-97-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>>. Acesso em: 05/10/2022.
- BANSKOTA S, HEALY M, GOLDBERG EM. **Smartphone apps for older adults to use while in isolation during the COVID-19 Pandemic**. West J Emerg Med. 2020;21(3):514–25. <https://doi.org/10.5811/westjem.2020.4.47372>. Acesso em: 05/10/2022
- BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Reflexões acerca da proteção social para os velhos do Brasil. In: In: COSTA, Joice S.; DEL MASSO, Maria Cândida S.; SOARES, Nanci; CAMPELO E PAIVA, Salvea de Oliveira. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 15/09/2022.

BRASIL. **Estatuto do Idoso. (2003).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm> . Acesso em: 15/09/2022.

CAETANO R, SILVA AB, GUEDES ACCM, PAIVA CCN, RIBEIRO GR, SANTOS DL, et al. **Challenges and opportunities for telehealth during the COVID-19 pandemic: ideas on spaces and initiatives in the Brazilian context.** Cad Saúde Pública. 2020;36(5): <https://doi.org/10.1590/0102-311x00088920>. Acesso em: 05/10/2022

CAMARANO, Ana Amélia e PASINATO, MARIA Tereza. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.** 2004. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf> Acesso em 15/09/2022.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital.** São Paulo: Cortez, 2014.

CJAZA, Sara J.; LEE, Chin Chin. **The impact of aging on access to technology.** In Universal Access in the Information Society, 2007.

COELHO, A. L., MORAIS, I. de A., & ROSA, W. V. S. (2020). **A utilização de tecnologias da informação em saúde para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil.** Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, 9(3), 183-199.

COELHO, Fernanda Soprano. **Nova etapa de vida: expectativas dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em fase de pré-aposentadoria.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COMPAGNOLO, Gabriela Milena. **Práxis informacional: uma nova estratégia de intervenção? Um estudo sobre o cadastramento único.** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria C. de S. (Orgs.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERREIRA, M. A. S. **O idoso e a internet**: uma relação possível. Dissertação – Universidade Católica de Brasília, 2010.

FIORI, J. L. et al (Orgs.) **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

GIAQUETO, Adriana. SOARES, Nanci. O trabalho e o trabalhador idoso. In: LOURENCO, Edvania A. de S. **Trabalho, Saúde e Serviço Social**. Textos apresentados no VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca e V Seminário “O trabalho em Debate”. Franca: UNESP, Curitiba: Ed. CRV, 2010.

GOLDMAN, Sara Negri. **Velhice e exclusão Digital**: uma “nova questão social”. II Jornada Internacional de políticas Públicas. São Luiz – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.

HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidades. Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Debate CRESS – CE (6). Fortaleza. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais. **Uma análise das condições de vida da população Brasileira**. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE; 2009. no 26. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>>. Acesso em: 05/10/2022.

JORNAL DA USP. Disponível no site:

<https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo/#:~:text=Nas%20pr%C3%B3ximas%20d%C3%A9cadas%2C%20a%20populacao%20maior%20populacao%20idosa%20do%20mundo>. Acesso em 09/10/22.

KACHAR, V. **Terceira idade & informática**: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSHIBA, L. P. FRAYZE, M. F. **História Geral e Brasil**. 1a ed. São Paulo: Atual, 2004.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARLENE, R., MOROUÇO, P., CARREIRA, I. F. R., NOGUEIRA, A., OLIVEIRA, A., MENDES, D., RIBEIRO, D., HOMEM, F., ZAMBANA, J., PEREIRA, L., SIMÕES, S., GRAUR, M., BAIRRADA, C., AZUL, J., CALADO, M., BRITO, S., FERREIRA, F., CASTRO, R., COSTA, R., GÓIS, S., FONSECA, E., FERREIRA, L., BALTAZAR, N., SOUSA, R., & ALVES, J. (2020). **Tecnologia e inovação ao serviço do exercício e saúde**. Exercício. Pandemia COVID-19. Tecnologia Vs. Isolamento Social.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.) **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria no 188, de 03 de fevereiro de 2020. **Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)** [Internet]. Diário Oficial da União 04 Fev 2022.Seção1, Extra. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-defevereirode2020241408388>. Acesso em: 06/10/2022.

MOREIRA, J. C. & SENE, E. **Geografia Geral e do Brasil**: Espaço geográfico e globalização. Ed. Reformulada. São Paulo: Scipione, 2004.

NERI, Anita Liberalesso. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A terceira idade/Serviço do Comércio**. ST-Gerência de Estudos e Programas da terceira idade. Vol. 16, n.34, outubro, 2005.

NICOL GE, PICCIRILLO JF, MULSANT BH, LENZE EJ. **Action at a distance: geriatric research during a pandemic**. J Am Geriatr Soc. 2020;68(5):922-5. <https://doi.org/10.1111/jgs.16443>. Acesso em: 05/10/2022

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Pesquisa sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação: TIC. pesquisa domiciliar no ano de 2019**: Tabelas: [Internet]. 2020. Disponível em: <http://cetic.br/arquivos/domicilios/2019/individuos/Portuguese>. Acesso em: 06/10/2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus** [Internet]. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812. Acesso em: 06/10/2022

ROLANDI, E., VACCARO, R., ABBONDANZA, S., CASANOVA, G., PETTINATO, L., COLOMBO, M., & GUAITA, A. (2020). **Loneliness and Social Engagement in Older Adults Based in Lombardy during the COVID-19 Lockdown: The Long-Term Effects of a Course on Social Networking Sites Use**. International journal of environmental research and public health, 17(21), 7912.

SALGADO, Marcelo Antônio: **Mitos e preconceitos socioculturais com a velhice: responsabilidade do trabalho social**. [1999]

SALES, M. R. MARIANE, A. C. & ALVARES, A. M. **Informática para a terceira idade**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

SANTOS, R. M. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, Mary Jane (Org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SÊGA, C. M. P. **Tecnologia e interação: mitos e simbolismos**. Comunicação e Espaço Público. Ano XI, no 1 e 2, Brasília, 2008.

SILVA, Vinicius. **Idosos e tecnologia: pandemia acelerou a inclusão digital**. Disponível em: < <https://comparaplano.com.br/blog/idosos-e-tecnologia/> >. Acesso em: 05/10/2022.

SILVA, Wellington Souza. **Mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 02/10/2022.

SOARES SM, TAVARES DMS, GUIMARÃES EMP, COUTO AM, ARAÚJO JMS. **Tecnologias digitais no apoio ao cuidado aos idosos em tempos da pandemia da COVID-19**. In: Santana RF (Org.). Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19. Brasília, DF: Editora ABen; 2021. 171 p. (Serie Enfermagem e Pandemias, 5). <https://doi.org/10.51234/aben.21.e05.c04>. Acesso em: 03/10/2022.

SOARES, Nanci, POLTRONIERE, Cristiane de Fatima. COSTA, Joice Sousa. Repercussão do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**, Vitória (ES), v.6, n.1, p.133-152, jan/jun, 2014.

SOARES, Nanci, FARINELLI, Marta R; LIPORONI, Andréia Ap. R. C.; Conselho de Direitos: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores: In: COSTA, Joice S.; DEL MASSO, Maria Cândida S.; SOARES, Nanci; CAMPELO E PAIVA, Salvea de Oliveira. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SUN, X., YAN, W., ZHOU, H., WANG, Z., ZHANG, X., HUANG, S., & LI, L. (2020). **Internet use and need for digital health technology among the elderly: a cross-sectional survey in China**. BMC public health, 2021, 1-8.

TAPAJÓS, Luziele. **Informação e políticas de seguridade social: uma nova arena de realização de direitos**. 2003. 95f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

VIEIRA, M. C.; SANTAROSA, L. M. C. **O uso do computador e da Internet e a participação em cursos de informática por idosos: meios digitais, finalidades sociais**. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, XX, 2009, Florianópolis. Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/1145/1048>>. Acesso em: 01/10/2022.

ZIMMERMANN, Ieda. **Movimentos Sociais e o Software Livre**. Ijuí: Unijuí, 2007